

REGULAMENTO DO MERCADO MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-NOVO

NOTA JUSTIFICATIVA

(Cfr. artigo 116 do Código de Procedimento Administrativo)

O Município de Montemor-o-Novo tem a seu cargo, em cumprimento das suas atribuições e competências, a disciplina, organização, ocupação e funcionamento do Mercado Municipal, assim como das atividades nele exercidas e produtos comercializados nas suas instalações.

A atual regulamentação do Mercado Municipal data de 1979, tendo sido revista em 1987, razão pela qual se impõe, até que seja decidido o modelo de projeto que a autarquia considere mais adequado para a revitalização do comércio e outras atividades, que o referido quadro regulamentar seja hoje alterado.

Preâmbulo

O Regulamento do Mercado Municipal de Montemor-o-Novo que se encontra em vigor foi aprovado pela Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo na sua reunião de 10 de Abril de 1979, tendo sido revisto em 11 de Fevereiro de 1987.

Fruto do tempo entretanto decorrido bem como da experiência adquirida com a sua aplicação entendeu-se, até que seja decidido o modelo de projeto que a autarquia considere mais adequado para a revitalização do comércio e outras atividades e sejam realizadas as obras de conservação e modernização, que o referido quadro regulamentar necessitaria de ser alterado.

Assim sendo, e por se entender que o quadro regulamentar em vigor se revelava manifestamente desadequado à atual situação de ocupação e funcionamento e, mesmo tendo em conta que este possa vir a ser novamente substituído, ouvidos que foram os atuais ocupantes bem como consultadas as Associações representativas do sector, DECO e ACDE, e tendo por lei habilitante a alínea a) do n.º 2 do art.º 53 da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro na sua atual redação, o artigo 1º do Decreto-Lei nº 340/82, de 25 de Agosto e o art.º 241 da Constituição da República Portuguesa, a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo aprovou o presente regulamento que fixa as regras relativas à organização e funcionamento do Mercado Municipal de Montemor-o-Novo, decorrido que foi o período de consulta pública.

Capítulo I - Disposições Gerais

Artigo 1.º

Objeto

O presente regulamento estabelece as regras relativas à organização e funcionamento do Mercado Municipal de Montemor-o-Novo, sito no Largo Bento de Jesus Caraça.

Artigo 2.º

Função

- 1 – O Mercado destina-se ao comércio de produtos alimentares de origem animal e vegetal, dispondo ainda de lojas.
- 2 - A Câmara Municipal reserva-se o direito de autorizar alguma atividade ocasional e específica que considere adequada ao normal funcionamento do mercado, bem como a venda acidental, temporária ou contínua de outros produtos.

Artigo 3.º

Tipos de espaços existentes

Para efeitos do disposto no presente regulamento, entende-se por:

Lojas – espaços fechados dotados de abertura para o exterior e que incluem escritórios afetos a outros fins;

Bancas e espaços internos – espaços abertos.

Artigo 4.º

Horários

- 1 – O horário de abertura ao público e o dia de encerramento do Mercado será fixado por deliberação da Câmara Municipal.
- 2 – Este horário poderá ser alterado conforme as épocas do ano ou as necessidades da população, com audição dos ocupantes do mercado.
- 3 – Qualquer alteração ao horário de funcionamento estabelecido será anunciada e devidamente publicitada com a antecedência mínima de cinco dias úteis.
- 4 – O horário de abertura ao público estará afixado no edifício do mercado, em local de fácil acesso e bem visível.
- 5 – As lojas com abertura para o exterior do Mercado possuem horário próprio, de acordo com as disposições legais e regulamentares relativas aos horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços em vigor, devendo afixá-lo à entrada das mesmas.
- 6 – Durante o período de abertura ao público, os espaços comerciais devem manter-se abertos, salvo em casos excepcionais devidamente autorizados.
- 7 – A abertura e o encerramento diário do mercado serão efetuados pelo funcionário, de acordo com horário previamente definido.

Capítulo II - Ocupação

Artigo 5.º

Ocupação das Bancas ou Espaços Internos

- 1 – A concessão da ocupação das bancas ou espaços internos poderá ser mensal ou diária.

a) A concessão da ocupação com carácter diário é feita diariamente e apenas permite a venda no período de tempo compreendido entre a hora de abertura e a hora de encerramento do mercado.

b) A concessão da ocupação será obtida por requisição junto do funcionário responsável em serviço no mercado, no próprio dia em que seja pretendida, embora a reserva possa ser efetuada por correio eletrónico (mercadomunicipal@cm.montemornovo.pt) no dia anterior ao dia pretendido, e durante as horas de funcionamento do mercado, sendo que as reservas deverão ser concretizadas com o pagamento e a ocupação do espaço até às 7h30 horas do dia reservado sob pena de cancelamento.

c) A distribuição dos lugares diários é feita pelo funcionário responsável em serviço no mercado, tendo-se no entanto em conta nesta atribuição, na medida do possível, a regularidade de comparência ou a presença sistemática no mesmo local e nos mesmos dias da semana.

d) O pagamento das taxas diárias será cobrado pelo funcionário responsável em serviço no mercado, que deve manter organizada a lista de presenças e respetivos pagamentos.

2 - A concessão da ocupação com carácter mensal pode ser solicitada e reservada nos mesmos moldes da reserva diária até ao penúltimo dia do mês anterior, com pagamento antecipado, e permite a venda no período de tempo compreendido entre a hora de abertura e a hora de encerramento diário do mercado durante todo o mês concedido.

3 - As reservas apenas poderão ser consideradas quando houver disponibilidade de bancas ou espaços, devendo ser comunicada de imediato pelo funcionário responsável em serviço no mercado a verificação da indisponibilidade se a reserva for solicitada por telefone, e por escrito nos casos em que assim for solicitado, por forma que permita obter-se prova dessa comunicação.

4 – Em caso da não comparência no espaço reservado sem justificção ou que a mesma não tenha sido aceite pela Câmara, ficam os interessados impedidos de efetuar novas reservas no futuro.

5 - A venda ou exposiçção de quaisquer produtos ou serviçcos no mercado, sem que esteja munido da respectiva autorizaçção de ocupaçção, implicará por parte da Câmara Municipal uma abordagem ao vendedor para que regularize a situaçção ou abandone de imediato o espaço do mercado.

Artigo 6.º

Ocupação das Lojas

1 –As lojas serão atribuídas mediante concursos publicitados via edital, a quem apresentar a proposta de atividade que o júri designado considere mais adequada aos critérios que antecipadamente tenham sido definidos pela Câmara Municipal.

2 – O procedimento inicia-se com a publicitação através da afixação, nos lugares de estilo, de anúncio que mencione a localização e características do espaço a adjudicar e demais condições de apresentação de propostas, o montante da taxa mensal e outros encargos que vierem a ser determinados, assim como as condições de ocupaçção, entre outras consideradas pertinentes.

3 – Os concessionários das lojas ou de outros espaços internos do mercado poderão ter preferência na atribuiçção das bancas que se encontrem próximas do espaço que ocupam, com vista à realizaçção simultânea de vendas na sua loja, banca ou espaço e nas bancas próximas, apenas nos casos em que essas bancas fiquem livres. No entanto e em qualquer caso, os ocupantes das lojas apenas poderão abrir a porta virada para o interior do edificio e utilizar essas bancas para venda durante o horário de funcionamento do Mercado.

4 – A taxa de ocupaçção a pagar pelas lojas será determinada pelo Município, nos termos legais.

Artigo 7.º

Licença de Ocupação

1 - Após a atribuição da loja a Câmara Municipal emitirá uma licença de ocupação da qual devem constar:

- a) Identificação completa do titular;
- b) Identificação da loja;
- c) Tipo de produtos autorizados a comercializar;
- d) Data de emissão e validade;
- e) Outras informações julgadas necessárias

2 - Para os ocupantes de carácter diário ou mensal de espaços e bancas a licença de ocupação é substituída pelo documento comprovativo do pagamento do lugar.

Artigo 8.º

Obras e Beneficiações

1 - Nas lojas e bancas do Mercado não poderão ser feitas quaisquer beneficiações ou modificações sem autorização da Câmara Municipal e, quando impliquem a realização de obras, deverão ser requeridas nos termos legais.

2 - As obras e benfeitorias autorizadas, ficarão propriedade da Câmara desde que fiquem incorporadas nos pavimentos, paredes ou tetos ou que constituam pertença do edifício pelo que não poderão ser retiradas pelos vendedores e não conferem direito a qualquer indemnização ou reembolso.

3 - A Câmara Municipal pode determinar a realização de obras de conservação, reparação, ou alteração dos espaços comerciais.

Capítulo III – Normas de Funcionamento

Artigo 9.º

Fiscalização Sanitária

A atividade exercida no mercado está sujeita a fiscalização higio-sanitária por parte dos serviços competentes da Câmara Municipal, a fim de garantir tanto a qualidade dos produtos como a higiene dos manipuladores e dos utensílios de trabalho, as características adequadas dos locais de venda e as condições das instalações em geral.

Artigo 10.º

Higiene, Limpeza e Conservação dos Locais

- 1 – Os ocupantes devem apresentar-se rigorosamente limpos, em especial no que respeita ao vestuário e mãos e cumprir rigorosamente os preceitos elementares de higiene e as normas de salubridade e segurança fixadas na legislação em vigor.
- 2 - Todos os produtos, bem como o material utilizado na sua exposição, venda e acondicionamento deverão ser mantidos em rigoroso estado de sanidade e asseio.
- 3 – A limpeza das lojas, bancas e outros espaços é da inteira responsabilidade dos seus ocupantes. Estes, devem, a todo o momento, manter os locais de venda e espaço envolvente limpos de resíduos e desperdícios, os quais serão colocados exclusivamente em recipientes adequados a essa finalidade.

4 – A limpeza geral dos espaços deverá ser efetuada após encerramento do Mercado e saída de todos os consumidores.

5 - Independentemente das condições estabelecidas pela Câmara Municipal, os ocupantes de espaços do Mercado Municipal são obrigados a cumprir as especificações próprias exigidas por lei relativamente à comercialização dos seus produtos, bem como cumprir as normas de higiene, salubridade e segurança estabelecidas na legislação em vigor e relativas à atividade comercial exercida.

Artigo 11.º

Embalagem

Na embalagem de quaisquer géneros ou artigos, não poderão ser utilizados jornais nem qualquer outro tipo de papel impresso ou escrito.

Artigo 12.º

Afixação de preços

1 - Os preços terão de ser praticados em conformidade com a legislação em vigor.

2 - É obrigatória a afixação de preços em todos os produtos destinados à venda e na prestação de serviços, a partir do momento em que por qualquer forma são expostos ou disponibilizados ao público.

Artigo 13.º

Medição e pesagem dos produtos

1 - Os instrumentos para pesar e medir, além de satisfazerem os requisitos legais, devem ser de material adequado à preservação dos produtos e à pesagem e medição a que se destinam.

2 - Devem ser conservados e mantidos em rigoroso estado de higiene e limpeza.

Artigo 14.º

Transporte e acondicionamento

1 - No transporte, arrumação e exposição dos produtos é obrigatória a separação dos alimentos de natureza diferente, bem como, de entre cada um deles, os que de algum modo possam ser afetados pela proximidade dos outros.

2 - Quando não estejam expostos para venda, os produtos alimentares devem ser conservados em condições adequadas à preservação do seu estado e em condições que os protejam de poeiras, contaminações ou contactos que possam afetar a saúde do consumidor.

Artigo 15.º

Abastecimento do Mercado

1 - A entrada dos produtos far-se-á pelas portas a esse fim destinadas segundo indicação da Câmara Municipal e de forma a não perturbar o funcionamento do mesmo, designadamente no que se refere à segurança e comodidade dos utentes e do público.

2 - A Câmara Municipal poderá estabelecer um horário para a entrada de produtos.

Artigo 16.º

Fornecimento de Gelo

O gelo será fornecido diariamente a quem o solicitar, com preço fixado pela Câmara Municipal, sendo rateado em caso de sobreposição de pedidos e de necessidades para os mesmos dias e horas.

Artigo 17.º

Direção efetiva da atividade e interrupção da venda

1 - Qualquer ocupante é obrigado a dirigir efetivamente o negócio desenvolvido no mercado, sem prejuízo das operações relativas à atividade poderem ser exercidas por empregados.

2 - Se por motivo de doença ou outro devidamente justificado, se encontrar impedido de dirigir ou manter em funcionamento por um determinado período de tempo o seu local de venda, deverá apresentar declaração escrita à Câmara Municipal, indicando o tempo e motivo de ausência, podendo ocasionar a afixação de aviso próprio e a revisão das condições de ocupação por parte da Câmara Municipal.

3 - Comprovando-se que o impedimento assume carácter permanente ou que o ocupante, por qualquer motivo, pretende desistir da ocupação da loja, banca ou espaço que lhe foram atribuídos, deverá este informar a Câmara Municipal desse facto, o que dará origem a um novo procedimento de ocupação do espaço em causa.

4 - Os factos a que se reporta o nº 2 do presente artigo deverão ser comunicados por escrito até ao dia 15 do mês anterior àquele em que se pretende que produzam efeitos, sob pena de ficar responsável pelo pagamento das taxas referentes ao mês seguinte ao do seu impedimento ou desistência.

Artigo 18.º

Extinção, Caducidade e Suspensão do Direito de Uso

1 - O direito ao uso de um local de venda pode extinguir-se ou pode ficar suspenso.

2 - Extingue-se, nos seguintes casos:

a) Por renúncia voluntária do seu titular ou mediante deliberação da Câmara Municipal.

b) Pelo encerramento definitivo do local pelo respectivo ocupante, ou por quem o substitua durante mais de 10 dias seguidos ou 20 alternados, salvo motivo de força maior devidamente justificado e aceite,

- será considerado como tal o alargamento injustificado do período de férias para além de um máximo de 30 dias/ano, que devem ser sempre previamente comunicados à administração do mercado;
- o incumprimento sistemático do horário de funcionamento estabelecido;

c) Por motivo de remodelação sem comunicação e autorização prévias expressas.

3 - Pode ser suspenso e ou extinto, nos seguintes casos:

a) Pelo incumprimento das regras estabelecidas no presente regulamento;

b) Quando ocorra inobservância de requisitos hígio-sanitários exigidos para a atividade desenvolvida;

c) Por aplicação de sanções que o determinem, que poderão ter lugar sempre que haja incumprimento do presente regulamento ou quando ocorra por parte dos concessionários um comportamento verbal ou fisicamente inadequado ao bom funcionamento do mercado.

2 - A extinção ou suspensão das autorizações de ocupação serão determinadas caso a caso e comunicadas por escrito ao seu titular com indicação dos respetivos fundamentos.

3- A extinção do direito de uso ou a suspensão temporária do seu exercício não conferem ao respetivo titular o direito a qualquer indemnização, salvo se resultarem de facto ilícito imputável ao município, nos termos gerais.

4 - As licenças de ocupação caducam automaticamente por falta de pagamento das taxas correspondentes, considerando-se como tal a data a partir da qual a respectiva dívida entra em relaxe, nos termos da lei de processo tributário.

Artigo 19.º

Cedências e Transmissão

1 - O direito de utilização dos locais de venda é sempre de natureza precária, pelo que não pode ser objeto de trespasse, cessão de exploração comercial ou transmissão a título gratuito ou oneroso.

2 – As bancas, lojas e espaços internos do mercado mantêm a natureza de bens do domínio público, não podendo ser alienados ou hipotecados.

3 - Poderá ser autorizada pela Câmara Municipal aos detentores dos títulos de ocupação das lojas ou outros espaços ocupados em regime de continuidade no Mercado Municipal a cedência a terceiros dos respetivos lugares, desde que sucessores nos termos da lei geral, se ocorrer um dos seguintes factos:

- a) Morte ou Invalidez do titular;
- b) Redução a menos de 50% da capacidade física normal do mesmo;
- c) Outros motivos ponderosos e justificados, verificados caso a caso.

4 – Nestas situações preferem ao ocupante na ocupação dos mesmos locais o cônjuge sobrevivente não separado judicialmente de pessoas e bens e, na sua falta ou desinteresse, os descendentes, desde que aquele

ou estes ou os seus legais representantes assim o requeiram nos 60 dias subsequentes ao decesso, se não forem já detentores de outros espaços no mercado municipal e mediante exibição do respetivo título.

5 – Em caso de concurso dos interessados, a preferência defere-se pela ordem prevista no número anterior. Concorrendo apenas descendentes, observam-se as seguintes regras:

- a) Entre descendentes de grau diferentes, preferem os mais próximos em grau;
- b) Entre descendentes do mesmo grau, abrir-se-á licitação.

Capítulo IV – Disciplina do Mercado

Artigo 20.º

Fiscalização

1 – Sem prejuízo da competência das outras autoridades administrativas ou policiais, a atividade desenvolvida no interior do mercado é fiscalizada por funcionários municipais, nomeadamente pelo veterinário municipal.

2 – Aos funcionários em serviço no Mercado Municipal, compete exercer as seguintes funções:

- a) Velar pelo cumprimento das disposições deste regulamento participando as infrações verificadas e informando de qualquer ocorrência que interesse ao serviço;
- b) Serem corretos com todas as pessoas que frequentem o Mercado, prestando os esclarecimentos que lhe sejam pedidos;
- c) Zelar pela cobrança das taxas;
- d) Não exercer no mercado qualquer outra atividade;
- e) Proceder à abertura e encerramento do Mercado;

- f) Organizar o serviço interno;
- g) Proceder diariamente à limpeza e lavagem do Mercado;
- h) Fazer afixar e cumprir todas as ordens de serviço;
- i) Requisitar o material e reparações necessárias ao serviço;
- j) Não se ausentar do serviço sem a devida autorização e sem propor quem o substitua;
- k) Não utilizar a sua autoridade para prejudicar terceiros;
- l) Zelar pelos interesses legítimos do município;
- m) Velar pela segurança do mercado, com a faculdade de recorrer à força pública quando necessário;
- n) Velar cuidadosamente pela boa ordem, higiene e asseio dos locais de venda e pelas boas condições dos géneros expostos, chamando a atenção da autoridade competente para todos os que se tornem suspeitos e suspendendo entretanto a venda dos mesmos;
- o) Verificar, antes de abandonar o mercado, se tudo está em ordem e se no seu interior fica alguma pessoa ou animal que possa causar prejuízos;
- p) A fiscalização da utilização das instalações de frio, relativamente à entrada e saída de mercadorias;
- q) O recebimento e guarda à sua inteira responsabilidade até entrega na Câmara, do montante de todas as importâncias recebidas;
- r) A atribuição e distribuição, nos termos e condições deste regulamento, de todos os locais de venda de carácter não permanente

Artigo 21.º

Contraordenações e coimas

1 – Constituem contraordenações puníveis com coima mínima de €50 Euros e máxima de €500 Euros no caso de pessoa singular e coima mínima de €250 Euros e máxima de €1500 Euros no caso de pessoa coletiva:

- a) A infração ao disposto no artigo 2 (realização de atividade ocasional sem a necessária autorização e a realização de venda accidental, temporária ou contínua de outros produtos sem a necessária autorização);
- b) A infração ao disposto no nº 1 do artigo 8 (A realização de obras, beneficiações ou modificações sem autorização da câmara municipal);
- c) A infração ao disposto no nº 3 do artigo 10 (Não manutenção dos locais de venda e espaço envolvente limpos de resíduos e desperdícios bem como não colocação em recipientes adequados);
- d) A infração ao disposto no artigo 19 (A cedência ou transmissão não autorizadas do direito de ocupação);

2 – A determinação da medida da coima é feita nos termos do disposto no regime geral das contraordenações.

3 – A tentativa e a negligência são puníveis.

Artigo 25.º

Taxas

1 - Pelas autorizações concedidas pela Câmara cobrar-se-ão as taxas que são devidas nos termos do Regulamento e Tabelas de Taxas do Concelho de Montemor-o-Novo, com as exceções devidamente autorizadas pela Câmara Municipal;

2 - O pagamento das taxas de ocupação, com exceção da taxa diária que será cobrada pelo funcionário em funções, será feito nos serviços da

Câmara Municipal, mediante guia de receita, até ao dia 8 do mês a que diz respeito ou do dia útil imediato.

Capítulo V – Disposições Finais

Artigo 26.º

Omissões

Os casos omissos serão regulados pela legislação vigente e pelas deliberações da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo.

Artigo 27.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor, quinze dias úteis, após a sua publicitação nos termos legais.